

O CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD: ANÁLISE SOBRE OS INDICADORES DE EVASÃO DOS ALUNOS

THE PEDAGOGY COURSE IN THE ONLINE MODALITY: ANALYSIS ON INDICATORS OF STUDENTS DROPOUT

Faustino-Ferber, Ana Paula; Nunes, Cristiane Nobre; Passador, Giseli; Lopes, Silvia Maria da Silva; Silva, Vâner Lima¹

Grupo Temático 3. Políticas e gestão por meio de/para o uso de TDIC
Subgrupo 3.1 Políticas públicas para EaD e TDIC na educação

Resumo:

As novas tecnologias da informação e comunicação estão presentes nos mais diversos contextos. Na educação a distância (EAD), essas tecnologias se tornam essenciais para a manutenção dos cursos e na aprendizagem dos alunos que escolheram a modalidade de ensino para cursar sua faculdade. Este artigo tem como objetivo analisar os índices de evasão dos cursos de pedagogia, ofertados na modalidade EAD, visto que a formação de boa parte dos pedagogos atualmente se faz por meio da EAD. Para tanto, amparada em metodologia de abordagem mista, qualitativa e quantitativa, a pesquisa buscou: i) traçar um histórico da graduação em pedagogia, bem como analisar a legislação educacional; ii) caracterizar o ensino da pedagogia por meio das novas tecnologias da informação e comunicação; iii) analisar os trabalhos de produção científica sobre o ensino da pedagogia a distância; iv) analisar dos dados sobre o ingresso e evasão dos cursos de pedagogia. Dados do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, indicam um expressivo aumento no número de ingressantes e matriculados nos cursos de modalidade a distância nos últimos anos, no entanto, o número de egressos não acompanha este aumento. Devido às altas taxas de evasão encontradas no período em análise, de 2010 a 2018, constata-se a necessidade de mais estudos sobre o tema, que contribuam para um melhor entendimento sobre o assunto.

Palavras-chave: educação a distância; pedagogia; evasão; tecnologias da informação e comunicação.

Abstract:

The new technologies of information and communication are present in the most several contexts. In distance education, these technologies become essential for the maintenance of courses and in the learning of students who chose the teaching modality to attend their University. This article aims to analyze the dropout rates of Education area courses (Pedagogy),

¹ IFSP e Unicid, e-mail: anapfaustino@gmail.com; Faculdade Progresso, FATEC Zona Leste e Unicid, e-mail: giselipassador@gmail.com; Centro Universitário Sumaré e Unicid, e-mail: crisonou@hotmail.com; Unicid e Unicsul, e-mail: sil.clara@hotmail.com; IFSP e Unicid, e-mail: vanerlima.ifet@gmail.com



offered in the distance modality, since the training of most pedagogues currently takes place through online. Therefore, supported by a mixed, qualitative and quantitative approach methodology, the research sought: i) to trace a history of graduation in Bachelor of Education, as well as to analyze educational legislation; ii) to characterize the teaching of Pedagogy through new information and communication technologies; iii) to analyze the scientific production work on the teaching of distance Pedagogy; iv) to analyze the data on the entry and dropout of Pedagogy courses. Data from the Census of Higher Education, made available by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), indicate a significant increase in the number of new entering and enrolled in distance learning courses in recent years, however the number of bachelors does not follow this increase. Due to the high evasion rates found in the period under analysis, from 2010 to 2018, there is a need for further studies on the subject, which contribute to a better understanding of the subject.

Keywords: Distance Education; Pedagogy; Dropout; Information and Communication Technologies.

1. Introdução

Os impactos dos avanços tecnológicos são sentidos nas mais diversas áreas e vêm alterando paradigmas que caracterizam um novo mundo em constante evolução. Esse progresso se reflete também na educação com a utilização de ferramentas criadas pela tecnologia da informação e comunicação (TIC) que é utilizada com a promessa de propiciar maior acesso à educação, qualidade no ensino e aquisição de conhecimento.

A educação é um direito fundamental garantido constitucionalmente a todos os cidadãos. Nesta esteira, a busca na qualidade da educação está intimamente ligada à formação dos professores, que se dá fundamentalmente pelo curso de Licenciatura em Pedagogia que é oferecido na modalidade presencial e a distância. A educação a distância (EAD) propicia, por meio das ferramentas tecnológicas, uma ampliação da oferta e uma tentativa de minimizar os problemas territoriais democratizando a educação superior.

É neste contexto que a presente pesquisa se desenvolve tendo como objetivo principal analisar dados estatísticos para auxiliar na compreensão dos altos índices de evasão de alunos do curso de pedagogia em EAD.

A abordagem metodológica recorreu a múltiplos procedimentos de pesquisa científica, entre eles qualitativa, quantitativa, análise documental, revisão bibliográfica e sistemática de literatura. A investigação buscou traçar um histórico do curso de pedagogia no país; contextualizar a educação a distância e o curso de pedagogia na modalidade EAD; apresentar os resultados da produção científica em periódicos digitais sobre o tema, bem como identificar a taxa de evasão nos cursos de pedagogia no Brasil, apresentados no Censo da Educação Superior, pelo INEP.

Tomando como premissas: i) a importância que o curso de pedagogia possui na aprendizagem do processo de estudo e desenvolvimento do ser humano; ii) as amplas oportunidades geradas no mercado de trabalho para os profissionais, podendo atuar como professores, supervisores de ensino e diretores, entre outras funções; iii) a análise do contexto atual do país relacionado a altas taxas de desemprego e busca por recolocação; e iv) a ampla

oferta dos cursos de pedagogia na modalidade a distância, se faz primordial identificar o que gera a evasão dos alunos no curso de pedagogia.

2. Caracterizando o curso de Pedagogia

As questões alusivas ao campo de estudo da pedagogia, a organização curricular e diretrizes dos cursos de formação superior, a identidade profissional do pedagogo, a prática educativa fundada e exercida, aparecem no cerne de reflexões de autores como Scheibe (2007); Libâneo (2010) e Scheibe e Durlí (2011). Representam, portanto, em suas obras, questionamentos que nos chamam a atenção para os direcionamentos atuais e futuros dos cursos de formação superior para pedagogos no Brasil.

Assim, se faz necessário um breve relato sobre a história do curso de pedagogia no Brasil, do início, enfocando a formação de professores, considerando algumas leis e movimentos sociais que se constituíram em torno da formação do pedagogo, de modo a estabelecermos um diálogo sobre o cenário atual a partir de iniciativas de mudanças na grade curricular do curso, “ora se adaptando às necessidades do mercado de trabalho, ora das políticas internas e externas do país, ora como resultado de proposições da própria área de conhecimento”(FURLAN, p.02).

A década de 1930 foi marcada por profundos debates em torno das questões educacionais no Brasil fomentados por transformações em vários setores sociais, econômicos e políticos da época tornando o mercado de trabalho mais exigente, onde a maior escolarização da população representava a melhor forma de acesso a ele, o que levou a classe trabalhadora a se organizar e reivindicar o saber institucionalizado oferecido pelas organizações educacionais. O chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) representou um marco importante em defesa da educação, da escola pública, laica e gratuita, representando movimentos sociais importantes.

O primeiro curso superior de formação de professores é criado em 1935, na Universidade do Distrito Federal, como uma continuidade natural ao Curso Normal², porém, a primeira regulamentação do curso de pedagogia no Brasil aconteceu em 1939, prevendo como elucida Libâneo (2010): “a formação do bacharel em pedagogia conhecido como ‘técnico em educação’”. O curso de pedagogia firmava-se como importante instrumento para a formação de docentes a partir desse momento.

Mais tarde, em atendimento à Lei nº 4.024/61, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) 292/62 regulamenta as licenciaturas, contudo, mantém o curso de bacharelado para a formação de pedagogo (Parecer CFE 251/62). Nesse sentido, corroborando com a “[...] ideia de ‘formar o especialista professor’, a legislação em vigor

² O Curso Normal criado em 1835 no Rio de Janeiro tinha o objetivo de formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e era oferecido em cursos públicos de nível secundário (hoje Ensino Médio). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_normal_no_brasil.htm

estabelece que o formado no curso de pedagogia recebe o título de licenciado” (LIBÂNEO, 2010 p. 46).

Organismos oficiais e entidades independentes de educadores se mobilizam a partir da segunda metade da década de 1970 com o intuito de repensar o curso de pedagogia e as licenciaturas, porém, só a partir de 1980 esses movimentos se intensificaram e perduram até hoje na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE³).

Em meados da década de 1980, movimentos em prol da educação, debates e pesquisas, impulsionaram algumas Faculdades de Educação a investir num currículo centrado na formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, a Educação Básica.

Outras faculdades, mantinham o curso de pedagogia pautada no Parecer CFE 252/69, onde no seu parágrafo 3.º estabelece as condições para obtenção de habilitações específicas do curso:

Art. 2.º - O Currículo mínimo do curso de pedagogia compreenderá uma parte comum à todas as modalidades de habilitação e outra diversificada em função de habilitações específicas.

§ 3.º - A parte diversificada compreenderá, segundo a modalidade de habilitação específica e conforme as possibilidades de cada Instituição, duas ou mais dentre as seguintes matérias e atividades, na forma do artigo 3.º.

No que lhe concerne, a LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em contramão ao que vinha ocorrendo desde 1980, num movimento pela reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, à docência, determinou de acordo com o art. 63, a criação dos Institutos Superiores de Educação,

Os Institutos Superiores de Educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis (Brasil, 1996).

Nesse sentido, a LDB, fez surgir a necessidade de organizar novos parâmetros e diretrizes curriculares de todos os níveis e modalidades de ensino inclusive para o curso de pedagogia buscando sua identidade, já que é crescente o número de instituições com a finalidade de habilitar professores para atuar nos anos iniciais de escolaridade. Entretanto, podemos entender que o profissional formado no curso de pedagogia, o pedagogo, é, ao

³ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação criado em 1990, resultado do Movimento Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores, iniciado com a criação do Comitê Nacional Pró Formação do Educador (1980) e transformado em 1983 na Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador – CONARCFE.



mesmo tempo, bacharel e licenciado, a partir de concepções fundamentadas historicamente pela ANFOPE e entidades parceiras.

O Curso de pedagogia destina-se, na sua atual formulação legal, à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (SCHEIBE, 2007 p. 43), mantém uma estrutura e uma organização curricular estabelecida por sólida formação teórica e interdisciplinar oferecida de acordo com o Ministério da Educação em, no mínimo, 3.200 horas de estudos, não prevendo habilitações e tendo a docência como base de sua formação.

Mais recentemente, em 2015, o Conselho Nacional de Educação (CNE/CP), definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de nível superior por meio dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, e para a formação continuada através da Resolução CNE/CP nº 2/2015, evidenciando, assim, a importância da manutenção da continuidade dos estudos mesmo após a conclusão da graduação.

O que podemos observar também é que embora a Resolução CNE/CP nº 2/2015 estipule no parágrafo 3 de seu art. 9 que a formação inicial docente em nível superior deva ser ofertada preferencialmente na modalidade presencial (BRASIL, 2015), é evidente que a procura por cursos de graduação na modalidade EAD tem aumentado exponencialmente nos últimos anos (CRESPI e NOBILE, 2018 p. 332).

Fatores de ordem econômica e o acesso ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES), podem ter impulsionado esse aumento, já que os cursos na modalidade EAD tendem a cobrar mensalidades mais baratas que as cobradas nos cursos presenciais. No mais, os cursos de graduação EAD assumem uma configuração de juntar a Educação ao uso de tecnologias, o que permite, entre outros, como elucida Crespi e Nobile (2018), o acesso aos conteúdos de aula de forma online, aulas digitais e a realização de tarefas a partir da organização individual do aluno. O Decreto nº 9.057/2017 que regulamenta a oferta de ensino na modalidade EAD no País foi promulgado em maio de 2017.

3. Pedagogia em EAD: as tecnologias ajudam a impulsionar a oferta da licenciatura

Em virtude do desenvolvimento dos meios de informação e comunicação, cada vez mais são empregadas novidades tecnológicas no meio social e educacional, onde elas permitiram a abertura para novas metodologias de educação. Uma das ferramentas mais utilizadas para obtenção de informações acerca de qualquer tema é a internet, que se popularizou rapidamente atingindo parcelas significativas da população brasileira, além de outros meios de comunicação tradicionais, como o rádio e a televisão.

Belloni (2001) aponta as novas tecnologias como suporte para a educação, isso demonstra que os recursos tecnológicos podem ser aproveitados para maximizar o conhecimento adquirido. Na EAD esses recursos se fazem essenciais, visto que o aluno pode ter acesso aos conteúdos de forma sistematizada, por meio de áudios, videoaulas, bibliotecas online, dentre diversos outros recursos, que ajudam no desenvolvimento da aula EAD.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são propulsores para a ampliação da oferta dos cursos de graduação em pedagogia EAD. Saldaña (2019) afirma que os “cursos a distância sobem 51% no ensino superior e o número de vagas supera o da modalidade presencial”, sendo os cursos de pedagogia e licenciaturas os que mais têm matrículas na EAD, com 440.628 alunos, ou seja, 23% do total de alunos matriculados na modalidade.

Diante deste cenário, é inegável que os recursos tecnológicos impulsionam a EAD. Em regiões distantes dos grandes centros urbanos, a formação profissional, principalmente de professores da rede pública de ensino, tem na EAD a oportunidade de se profissionalizar para atuar no mercado de trabalho. Sobre a formação dos profissionais da educação básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos diz que:

Art. 62 [...] § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério **poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.** (grifo nosso)

§ 3º **A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial,** (grifo nosso) subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) diz que a preferência da formação inicial dos profissionais do magistério se dá pelo ensino presencial, porém, ao olhar o recorte abaixo do curso de pedagogia e licenciaturas, verificamos que essa formação em EAD superou a formação presencial em números.

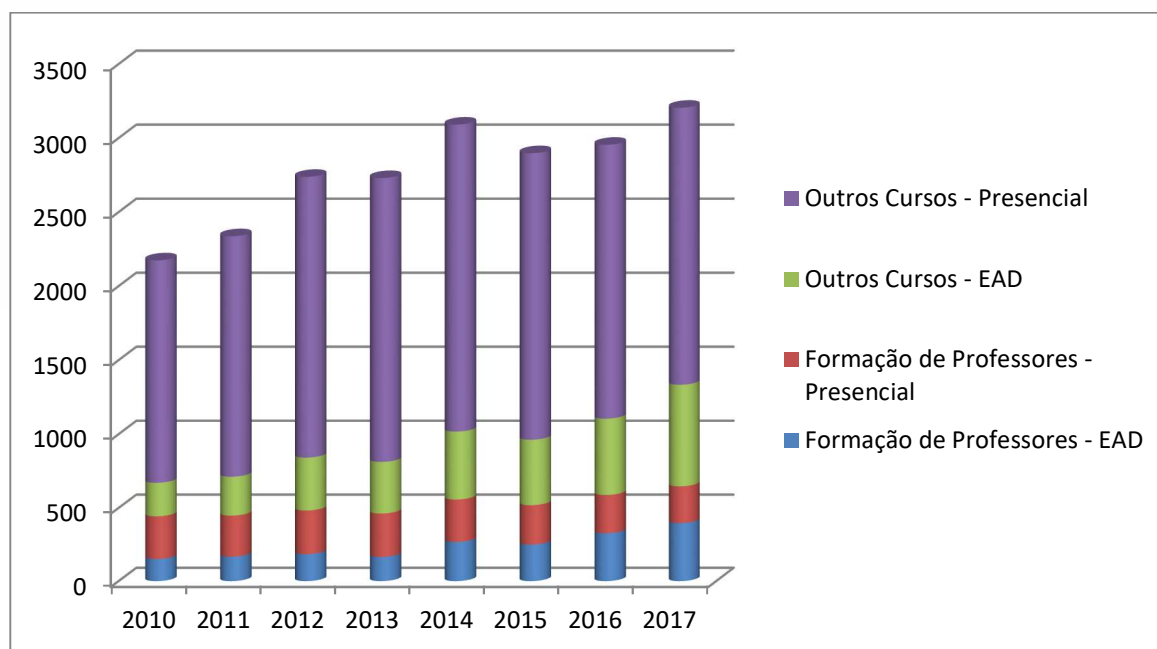


Gráfico 1 - Expansão da EAD no Brasil entre 2010 e 2017 (em milhares)

Fonte: Brasil / Censo da Educação Superior de 2017.



Desde 2016 os cursos de pedagogia e outras licenciaturas matriculam mais no EAD do que no presencial. A prática superou o que foi posto pelo legislador da LDB, por isso a importância da discussão sobre a modalidade de educação que forma boa parte dos profissionais, sejam eles da educação ou de qualquer outra área. As tecnologias se fazem presentes no cotidiano da formação universitária e, claro, no mercado de trabalho, como, por exemplo, as teleconferências em que os participantes podem estar em diferentes lugares, mas que podem interagir em tempo real para fechar negociações e tomar decisões importantes no mundo dos negócios. “Mais de 80% dos alunos de EAD estão matriculados em apenas 20 instituições de ensino. Somente cinco, entretanto, concentram mais da metade dos alunos” Saldaña (2019).

Quanto ao perfil dos alunos que ingressam na modalidade EAD, alguns estudos sinalizam que o público de cursos a distância é específico. Na maioria das vezes são adultos com idade média de 30 anos, em sua maioria do gênero feminino, casados e trabalhadores (Fiuza, 2012; Martins et al., 2012; Aquino e Oliveira; 2013). Martins et al. (2012) sinaliza ainda que o número de mulheres nessa modalidade de ensino está relacionado ao predomínio de cursos de licenciatura, pois geralmente as mulheres buscam mais por cursos de docência do que os homens.

O Brasil, com dimensões continentais, está formando muitas pessoas para a profissão de educador por meio da EAD. Essa política pública de oferta de graduação se faz necessária tendo em vista que muitas cidades do país não ofertarem a graduação na modalidade presencial e, diante disso, as tecnologias da informação e comunicação se fazem essenciais para a implementação e manutenção dos cursos para as pessoas que não teriam a oportunidade de realizar uma graduação presencial.

4. Revisão sistemática da literatura sobre a evasão dos cursos de Pedagogia em EAD

Na tentativa de conseguir um mapeamento do cenário da evasão do curso de pedagogia na modalidade a distância, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção científica nesta área do conhecimento, elegeu-se para a seleção de artigos as seguintes bases disponibilizadas em dois bancos de dados eletrônicos: a SciELO: A Scientific Electronic Library Online – SciELO, uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. <http://www.scielo.br/>; e o Portal de Periódicos CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros. <https://www.periodicos.capes.gov.br/>.

Para a investigação se estabeleceu como critério analisar a produção científica de todos os níveis educacionais em periódicos de artigos científicos das bibliotecas digitais referidas acima, sendo estabelecido como limite temporal aproximadamente seis anos (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e primeiro trimestre de 2020), o que permitiria avaliar as publicações mais recentes na área, naquilo que considerou vida média, possibilitando a construção de um corpus atualizado.



O levantamento partiu da utilização do campo referente ao assunto, tendo como filtro o ano da pesquisa 2015, bem como somente publicações em língua portuguesa feitas no país, sendo que a busca se deu por palavras do título.

A pesquisa realizada no periódico eletrônico da SciELO se deu no dia 09 de maio do presente. Foi utilizado em um primeiro momento como termo indutor a expressão entre aspas “evasão do curso de pedagogia em EAD” ao clicar em buscar resultou: *não foram encontrados documentos para a sua pesquisa*. Em uma segunda tentativa foi utilizado o termo indutor *evasão and pedagogia* em todos os índices que gerou o resultado: *referência encontrada 1*. Em um terceiro esforço, no intuito de tornar a busca mais abrangente, foi utilizado o termo indutor *curso* em palavras do título e *pedagogia* em todos os índices resultando em 22 referências encontradas.

Ao procedermos à análise dos títulos obtidos com a busca foi possível identificar que nenhum dos artigos abordava o tema proposto.

Na sequência foi realizada a investigação no portal de periódicos da CAPES no dia 10 de maio, também seguindo o mesmo critério da pesquisa acima, utilizando-se dos mesmos números de tentativas e expressões. Na primeira tentativa resultou: *referência encontrada 4*. Nesta primeira fase todos os artigos foram analisados, a partir disso foi constatado que nenhum deles apresentava especificamente conteúdo sobre o objetivo da pesquisa. Na segunda tentativa resultou: *referência encontrada 7*. Nos periódicos encontrados nesta segunda tentativa verificou-se através da análise dos resumos, que os mesmos não abordavam especificamente o tema que objetiva essa pesquisa. Os objetivos dos periódicos encontrados, no que tange o tema EAD, portavam assuntos como: formação de professores, adequação tecnológica, processo de conhecimento, avaliação, entre outros.

Destaca-se que, apesar de fazerem parte de linhas diferentes e possuírem conteúdos diversos, há um mínimo de periódicos que abordam o fenômeno evasão/egressos no ensino a distância do curso de pedagogia.

5. Identificando as taxas de evasão

A evasão na educação superior é considerada como um problema internacional, complexo e de difícil solução para a gestão educacional. As causas do abandono dos alunos nos cursos são determinadas por fatores individuais, internos e externos à instituição.

Preocupado em compreender este fenômeno, principalmente em instituições públicas, o Ministério da Educação (MEC) organizou uma Comissão Especial de Estudos sobre Evasão na década de 1990. O estudo apresentado pela Comissão levantou diversos fatores que contribuem para a evasão do estudante isoladamente ou interrelacionados: os fatores individuais referem-se ao perfil do aluno e seu desempenho acadêmico; os fatores internos à instituição estão relacionados à estrutura dos cursos, infraestrutura física e ao sistema acadêmico; em relação aos fatores externos há uma preocupação do aluno com o mercado de trabalho num país que passa por diversas crises econômicas. Além disso, a educação precária oferecida nos níveis de educação anteriores à universitária deve ser considerada no estudo da evasão (MEC, 1997, p. 137 a 139).

Segundo Silva Filho et al. (2007), os estudantes que iniciam e não concluem os cursos causam desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. “No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico” (SILVA FILHO et al., 2007, pág. 642).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, órgão público vinculado ao Ministério da Educação (MEC) anualmente coleta e publica, no Censo da Educação Superior, dados disponibilizados por instituições de graduação e sequencial de formação específica.

Em estudo sobre a evasão, o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, utilizando dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior, desenvolveu um cálculo para a Taxa de Evasão, no qual para medir o abandono de alunos de um ano para outro, chamado de evasão anual, calcula-se basicamente com:

a comparação entre o número de alunos que estavam matriculados num determinado ano, subtraídos os concluintes, com a quantidade de alunos matriculados no ano seguinte, subtraindo-se deste último total os ingressantes desse ano: $E(n) = 1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]$, (1) (SILVA FILHO et al., 2007, p. 645, grifo nosso).

Neste cálculo considera-se M o número de matriculados, C o número de concluintes, I o número de ingressantes, n é o ano em estudo e (n-1) é o ano anterior (SILVA FILHO et al., 2007, p. 645).

Dados recentes divulgados pelo INEP/MEC no Resumo Técnico do Censo de 2017 indicam que o curso de pedagogia é o segundo curso com maior número de alunos matriculados, totalizando 714.345 alunos entre cursos presenciais e cursos a distância, logo após o curso de Direito que possui 879.234 matrículas no total. Em terceiro lugar fica o curso de Administração com 682.555 alunos (BRASIL, 2019, p. 39).

De acordo com a Sinopse Estatística do Censo de 2017, dos 714.345 alunos matriculados na Pedagogia, 124.153 são de instituições públicas e 590.192 de instituições privadas (BRASIL, 2017).

Por meio das Sinopses Estatísticas dos Censos da Educação Superior de 2010 a 2018, obtivemos os valores distribuídos no Quadro 1, em relação a número de ingressantes, matriculados e concluintes em todo o Brasil. No quadro 2 apresentamos as Taxas de Evasão calculada por meio da uma fórmula divulgada pelo Instituto Lobo (2007).

Quadro 1 – Relação de cursos de Pedagogia presenciais e EAD, ingressantes, matriculados e egressos das duas modalidades.

Ano	Total de		Ingressante		Matriculados		Egressos	
	Presenciais	EAD	Presenciais	EAD	Presenciais	EAD	Presenciais	EAD
2010	1.785	112	85.861	78.817	297.581	273.248	58.600	49.208
2011	1.684	117	82.076	103.484	305.103	281.548	62.138	57.703
2012	1.724	110	92.968	108.314	307.296	295.702	56.735	55.402
2013	1.637	115	95.662	98.758	319.571	295.264	55.189	40.822
2014	1.618	116	92.625	135.325	320.694	332.068	56.046	49.936
2015	1.548	126	82.407	124.753	313.318	342.495	62.231	60.604
2016	1.506	140	81.556	160.412	299.548	379.738	62.585	62.514
2017	1.510	174	83.294	191.661	284.230	430.115	58.789	67.325
2018	1.495	232	80.707	221.020	269.787	478.103	52.546	69.932

Fonte: Elaborado pelos autores com dados das Sinopses Estatísticas dos Censos da Educação Superior (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018).

O Quadro 1, com dados coletados pelo INEP, de 2010 a 2018, apresenta uma diminuição no número total de cursos de Pedagogia presenciais e aumento nos cursos EAD. Observamos que há um aumento considerável no número de ingressantes e matriculados na EAD, mas o número de egressos não é proporcional.

Quadro 2 – Taxa de Evasão Anual, calculada com dados do Quadro 1

Ano	Taxa Evasão	
	Presencial	EAD
2011	6,7%	20,5%
2012	11,8%	16,3%
2013	10,6%	18,2%
2014	13,7%	22,7%
2015	12,7%	22,8%
2016	13,2%	22,2%
2017	15,2%	24,8%
2018	16,1%	29,1%

Fonte: Elaborado pelos autores.



Com o auxílio do cálculo da Taxa de Evasão, Quadro 2, verificamos que a taxa anual nos cursos de pedagogia a distância, em 2011 era de 20,5%, considerada alta, ocorrendo uma leve queda em 2012 e 2013, mas voltando a crescer e ficando em torno de 22% nos de 2015 a 2017. Em 2018 apresenta-se a maior taxa de evasão nos cursos EAD em todo o período, não desconsiderando que esta taxa também cresceu nos cursos presenciais.

Uma das justificativas para o aumento da evasão nos cursos de pedagogia EAD nos últimos anos, em especial 2017 e 2018, poderia ser o aumento expressivo do número de ingressantes. Segundo Silva Filho et al. (2007, p. 643), há uma tendência mundial da taxa de evasão no primeiro ano de curso ser duas a três vezes maior em relação aos anos seguintes.

Em uma segunda hipótese, estaria a evasão relacionada ao uso das novas tecnologias empregadas no ensino a distância?

Na tese intitulada “De uma educação a distância para uma educação sem distância: a problemática da evasão nos cursos de pedagogia a distância”, Maurício (2015) teve como objetivo conhecer os principais fatores que contribuem para o abandono e quais elementos contribuem para diminuir a evasão no curso de pedagogia a distância de uma universidade pública do estado de Santa Catarina. A autora apresentou como principais resultados **“dificuldades de conciliar o trabalho com os estudos e com a família e a falta de tempo. [...] O desconhecimento das tecnologias e a falta de tempo [...] são apontados como segunda causa mais provável de desistências e evasão”**. A demora para iniciar o curso também pode contribuir para a evasão (MAURÍCIO, 2015, grifo nosso).

De acordo com o Censo EAD.BR 2018, no qual 259 instituições com cursos das diversas áreas de conhecimento responderam a um questionário, as taxas de evasão para o mercado de educação a distância continuam preocupantes. Segundo a ABED, até 2017 cerca de 50% das instituições com fins lucrativos e públicas federais desconheciam os motivos da evasão. Em 2018 há uma mudança significativa, pois 88,2% das instituições com cursos regulares, totalmente a distância, já conheciam as causas da evasão (ABED, 2019).

O fato de as instituições reconhecerem o problema da evasão, por também ser institucional, e conhecendo os motivos do abandono por parte dos alunos, facilita a ações dos gestores para o combate à evasão.

6. Considerações finais

O estudo ora relatado buscou, por meio do exame do panorama histórico do curso de pedagogia, da análise das bases legais e avanços tecnológicos que impulsionam o oferecimento do curso na modalidade à distância, e da investigação dos dados relativos à taxa de evasão nos cursos de pedagogia no Brasil apresentados no Censo da Educação Superior, pelo INEP, compreender os indicadores de evasão dos alunos.

Analisando os dados estatísticos fica evidente que de 2010 a 2018 o número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pedagogia diminuiu e nos cursos a distância aumentou. Indo para um caminho oposto à proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação



Nacional (LDB) de 1996 e Resolução CNE/CP nº 2/2015, que estabelecem que a formação inicial docente seja preferencialmente presencial, mas seguindo uma tendência mundial de aumento na oferta de cursos EAD.

Conforme informado no item anterior, existe uma maior possibilidade de os alunos abandonarem os cursos no primeiro ano, mas esta é uma tendência que se apresenta em outros cursos também, que está relacionada à afinidade ou não com o curso. O fato do número de ingressantes nos cursos de pedagogia EAD terem crescido muito nos últimos anos, poderia estar relacionado ao Decreto nº 9.057/2017 que regulamenta a oferta de cursos na modalidade a distância na educação superior? Entendemos que em parte sim, mas também deve ser considerada a oferta de trabalho na área e a alta taxa de desemprego e necessidade de recolocação.

Tendo em vista que maior parte das matrículas se concentra em instituições particulares, os cursos a distância são oferecidos com mensalidades com um valor mais acessível em relação aos cursos presenciais, estariam as novas tecnologias, tanto na questão de infraestrutura, capacitação docente, acesso e utilização pelos alunos, influenciando a desistência nos cursos?

Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que qualifiquem dados estatísticos para compreendermos as reais razões do abandono nos cursos de pedagogia EAD. Estas pesquisas serão relevantes para um melhor conhecimento científico sobre o assunto, podendo contribuir com as ações da gerência das instituições que oferecem estes cursos, buscando uma possível contenção da evasão.

Referências

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância (2018). **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil, 2019. Curitiba: InterSaberes.

AQUINO, F. S.; OLIVEIRA, A. P. (2013). **O perfil do aluno de educação a distância do curso de licenciatura em Letras espanhol do polo de Marcelino Vieira**. In IX Congresso de Iniciação Científica do IFRN (IX Congic) (pp. 2.037-2.046). Natal, RN. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ocs/index.php/congic/ix/paper/viewFile/800/261>. Acesso: 09/05/2020.

BELLONI, M.L. **O que é mídia-educação**. (2001) Campinas: Autores Associados Coleção Polêmica do Nosso Tempo, 78.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta modalidade de ensino EAD**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso: 02/05/2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso: 19 /04/ 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2009-2018**. Disponível em:



<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.
Acesso:10/04/2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso: 10/04/2020.

_____. Lei n.9.394/96, de 20.12.1996. **Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso: 03/05/2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior**. Resolução CNE/CP n.2, 1 julho 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso: 14/05/2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior pública**. MEC, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002240.pdf>. Acesso: 10/05/2020.

CRESPI, L., NÓBILE, M. F. (2018) **Trajetória histórica do curso de graduação em Pedagogia**: principais documentos legais e contexto atual da oferta no Brasil. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 2, p. 319-335. SSN 1982-7199 DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271992309>. Acesso: 03/05/2020.

FIUZA, P. J. (2012). **Adesão e permanência discente na Educação a Distância**: investigação de motivos e análise de preditores sociodemográficos, motivacionais e de personalidade para o desempenho na modalidade. Tese de doutorado. Univ. Fed. Rio Grande do Sul. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/55089/000855707.pdf?sequence=1>. Acesso: 09/05/2020.

FURLAN, C. M. **História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005**. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164_885.pdf. Acesso: 02/05/ 2020.

LIBÂNEO, J. C. (2010) - **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** .12 ed. – São Paulo, Cortez.

MARTINS, R. X. et al. (2012). **O perfil sociodemográfico de candidatos a cursos de licenciatura a distância e os objetivos da Universidade Aberta do Brasil**. IX Congr. Bras. de Ensino Superior a Distância (IX Esud) (pp. 1-12). Recife, PE. Disponível em <http://www.cead.ufla.br/portal/wpcontent/uploads/2012/10/IXESUDat1-completoroneiludmilalucianamarina.pdf>. Acesso: 09/05/ 2020.

MAURÍCIO, W. P. D. (2015) **De uma educação a distância para uma educação sem distância**: a problemática da evasão nos Cursos de Pedagogia a distância. Tese (Doutorado em Educação) – Unisinos, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3756>. Acesso: 05/05/2020.

SALDAÑA, P. **Cursos a distância sobem 51% no ensino superior e número de vagas supera o de modalidade presencial**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/cursos-a-distancia-sobem-51-no-ensino-superior-e-numero-de-vagas-supera-o-de-modalidade-presencial.shtml> Acesso: 20/04/2020.

SCHEIBE, L. (2007) **Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia**: trajetória longa e inconclusa. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.130, jan /abr. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 02/05/2020.

SCHEIBE, L; DURLI, Z. (2011) **Curso de Pedagogia no Brasil**: Olhando passado, compreendendo o presente. Revista Educação em Foco. Ano 14 – n 17 julho. Disponível em: <file:///C:/Users/crisn/AppData/Local/Temp/104-356-1-PB.pdf>. Acesso 13/05/2020.

SILVA FILHO, R. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPOLITO, Oscar and LOBO, M. B. C M. (2007). **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cad. Pesqui. [online], vol. 37, n. 132, p. 641-659. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>. Acesso: 20 /04/2020.